



Anais da Assembléia

Nº 07

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 11 DE MARÇO DE 1976

ANO II

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 6ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE MARÇO DE 1976 (Quinta-Feira)

Presidência do Senhor Deputado Maurício Fruet, Secretariada pelos Srs. Deputados Muggiati Filho e David Federman.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aginaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Hélio Manfrinato, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Waldenício Barbalho, Ivan Rüppel, Gilberto Carvalho, João Cioni Neto, Werner Wanderer, Valter Pietrâgelo e Quielse Crisóstomo (45). Achar-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Antonio Faci, Aragão de Mattos Leão, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Fuad Nacli, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Wilson Fortes (9).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprova sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE :

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, voto de pesar pelo falecimento do Sr. Atanásio Mingo, um ilustre e conceituado Presidente da ARENA de Japurá, e igualmente ao seu companheiro de viagem, Sr. Aristides Benedito da Silva, fazendeiro residente em Cianorte.

Requer, ainda sejam os votos de pesar levado ao conhecimento das famílias dos mesmos e também ao Diretório Executivo da ARENA de Japurá.

Sala das Sessões, em 11 de março de 1976.

a) LÁZARO DUMONT

JUSTIFICATIVA:

O extinto Sr. Atanásio Mingo, pertence a tradicional família sendo merecedor de todas homenagens, pelo seu caráter ilibado e pelo seu amor às causas justas, que marcaram toda a sua vida.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições

regimentais, requer que esta Presidência, com a devida aprovação do plenário, consigne na ata dos Trabalhos de hoje, um voto de louvor ao Dr. Osiris S. Guimarães, Secretário dos Transportes, pelo dinamismo, correção e eficiência com que tem conduzido os trabalhos daquele importante setor da administração do Governo Jayme Canet Junior.

Em recente pronunciamento, S. Exa. enumerou o grande número de obras contidas no plano rodoviário do Estado, em fase de plena execução que tem sido motivo de grande interesse não só dos paranaenses, como também de vários setores de outros Estados da Federação.

Os nossos aplausos, se referem particularmente ao zelo com que tem o Secretário dos Transportes se imposto na seleção de contratação de empresas para a construção de estradas no Paraná, observando criteriosamente as condições de tradição, técnica e econômica das mesmas.

Sala das Sessões, em 11 de março de 1976.

a) DAVID FEDERMANN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma do Regimento Interno, requer ouvido o plenário, seja consignado em ata dos nossos trabalhos, um voto de regozijo por haver o jornalista ALI BARK, justa, oportuna e meritariamente, sido homenageado pela Câmara Municipal de Curitiba, em data de 09/03/76, que lhe outorgou o título de VULTO EMÉRITO DE CURITIBA.

Da manifestação desta Assembléia, solicitamos, outrossim, seja dado conhecimento ao ilustre homenageado, bem como à Câmara Municipal de Curitiba, por haver homenageado esse ilustre jornalista.

Sala das Sessões, em 10 de março de 1976.

a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, na forma regimental, após ouvir o douto plenário, requer seja oficiado ao Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, que determine com a máxima urgência, o início das obras do trevo ligando a cidade de Iporã, a BR-323.

Sala das Sessões, em 11 de março de 1976.

a) ERNESTO GNOATO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma do Regimento Interno, requer ouvido o plenário, seja encaminhado ao Senhor Presidente da TELEPAR, apelo no sentido de ser instalado em MARIENTAL, município da Lapa, um telefone público.

A presente solicitação prende-se à grande necessidade de se dotar aquela localidade de uma melhoria que trará tranquilidade e conforto para uma população superior a duas mil pessoas.

O telefone servirá, além do mais, para atender situações de emergência de toda a região onde o desenvolvimento agrícola é assentado.

Sala das Sessões, em 08 de março de 1976.

a) MAURÍCIO FRUET

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma do Regimento Interno, requer seja encaminhado apelo ao Exmo. Sr. Secretário da Administração, no sentido de serem efetuados urgentes reparos na Escola Rural Júlia Wanderley, localizada em Barro Preto, município de São José dos Pinhais, a qual se encontra em lastimável estado de conservação, necessitando de pintura, calçamento, reconstrução do muro, reparos internos, etc.

Sala das Sessões, em 08 de março de 1976.

a) MAURÍCIO FRUET

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Tenho a grata satisfação de fazer a indicação dos Senhores Deputados do Movimento Democrático Brasileiro, conforme especifica abaixo, que comporão as Comissões Permanentes desta Assembléia Legislativa:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Membros Efetivos: Nilso Sguarezi, Deni Schwartz, Lineu Tura, Enéas Faria, Adalberto Daros; Suplentes: Waldenício Barbalho, Luiz Carlos Zuk, Otássio Pereira.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

Membros Efetivos: Nelson Buffara, Lúcio Machado; Suplente: Ernesto Gnoato, Deni Schwartz.

COMISSÃO DE FINANÇAS

Membros Efetivos: Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, José Muggiati Filho; Suplentes: Domício Scaramella, Edilson Alencar.

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Membros Efetivos: Antonio Facci, Trajano Bastos, Domício Scaramella; Suplentes: Valter Pietrângelo, Deni Schwartz.

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Membros Efetivos: Ernesto Dal'Oglio, Otássio Pereira; Suplente: Lúcio Machado.

COMISSÃO DE OBRAS, TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES

Membros Efetivos: Lineu Turra, Valter Pietrângelo; Suplente: Jayme Rodrigues Carvalho.

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Membros Efetivos: Domício Scaramella, Jayme Rodrigues Carvalho; Suplente: José Domingos Scarpelini.

COMISSÃO DE POLÍCIA

Membros Efetivos: Jayme Rodrigues Carvalho, Nilso Sguarezi; Suplente: Hélio Manfrinato.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

Membros Efetivos: Ernesto Dal'Oglio, José Domingos Scarpelini; Suplente: Otássio Pereira.

COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL

Membros Efetivos: Osvaldo Macedo, Lineu Turra; Suplente: Valter Pietrângelo.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Membros Efetivos: Hélio Manfrinato, Ernesto Gnoato; Suplente: Domício Scaramella.

COMISSÃO DE TURISMO

Membros Efetivos: Nelson Buffara, Adalberto Daros; Suplente:

Osvaldo Macedo.

Sala das Sessões, em 11 de março de 1976.

a) OSVALDO MACEDO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na qualidade de Líder da Bancada do MDB, nesta Casa, vem mui respeitosamente comunicar a V. Exa. e ao plenário, que foram escolhidos e indicados, para exercerem as funções de VICE-LÍDERES, em igualdade de condições, os Deputados

NILSO SGUAREZI
TRAJANO BASTOS
EDILSON ALENCAR
ADALBERTO DAROS
JAYME RODRIGUES CARVALHO
DOMÍCIO SCARAMELLA.

Sala das Sessões, em 11 de março de 1976.

a) OSVALDO MACEDO

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 09/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública o Conselho Comunitário de Obras Sociais, com sede e foro na cidade de Nova Esperança.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de março de 1976.

a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

O Conselho Comunitário de Obras Sociais, da cidade de Nova Esperança, é uma entidade que vem, desde a sua fundação, coordenando as atividades sociais daquela cidade. Os seus objetivos, que estão escritos nos seus estatutos sociais, cuja fotocópia, anexamos ao presente, comprovam estarem preenchidos os requisitos exigidos pela Legislação Federal e Estadual, reguladora do instituto da declaração de utilidade pública.

Nestas condições, é que apresentamos o presente projeto de lei, que temos a certeza, contará com o apoio dos nobres pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não resta dúvida que o Sr. Ministro de Agricultura, de alguns tempos para cá, tem feito o máximo para que a agricultura paranaense e o produtor rural brasileiro recebam, por parte do Governo, incentivos realmente extraordinários.

Principalmente, no que se refere ao trigo, em que tivemos uma compensação ao produtor.

Ainda, visando os efeitos, tanto da geada como da seca do ano passado, um incentivo de 200 cruzeiros por hectare para o produtor do trigo compensar os prejuízos do ano passado.

Recentemente, tivemos a fixação do preço mínimo para o trigo, que veio satisfazer o produtor brasileiro deste cereal. Principalmente, com a antecedência que foi fixado este preço, uma reivindicação das mais antigas, para todos os produtos do produtor brasileiro, terá que se fixar preço do produto agrícola antes do plantio e não depois da colheita.

Felizmente agora com a política adotada pelo Sr. Ministro da Agricultura, este erro já foi corrigido.

Mas com referência ao trigo, nós estamos encaminhando um requerimento que, se aprovado, ele irá ser enviado ao Sr. Ministro da Agricultura.

Refere-se à Lei 6216, do dia 30 de julho de 1975, que prorrogou o mandato da Lei no dia 31 de julho de 73, quando os produtores, os proprietários de áreas rurais, para obter financiamento, têm que cadastrar as suas propriedades. Sem este cadastramento, o produtor dificilmente obterá financiamento.

E nós sabemos, principalmente o Estado do Paraná, de que áreas enormes e ainda milhares de propriedades não tem o seu cadastro regularizado no INCRA. E ainda, milhares de propriedades estão ainda as suas demarcações.

Nestas condições, Sr. Presidente, Srs. Deputados, solicitamos aprovação do requerimento que passamos a ler: (Lê):

“Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições, após ouvido o plenário, requer seja encaminhado expediente a Sua Excelência Ministro da Agricultura, Dr. Alysson Paullinelli, no sentido de que o mesmo interceda junto ao Presidente da República, objetivando a suspensão, por prazo indeterminado, da Lei 6216, de 30/07/75, que prorroga a vigência da Lei 6015, de 31/12/73, que exige seja efetuado cadastro completo quanto às divisas e confrontações de imóveis, para obtenção de financiamentos junto ao BANCO DO BRASIL.

JUSTIFICATIVAS:

Tal exigência vem causando um desestímulo crescente, principalmente entre os produtores de trigo do Estado do Paraná, que estão, inclusive, diante dessas exigências, negando-se a cultivar esse produto, sendo que alguns nem sequer apresentam condições financeiras para adquirir as sementes. Acrescentamos, ainda, que a manutenção dessa lei contraria a própria política governamental de suficiência do trigo, uma vez que este terá uma baixa de produção estimada entre 30 por cento a 40 por cento.

Sala das Sessões, em 11 de março de 1976”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Juran-dir Messias.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O jornal “O Estado do Paraná”, em uma das edições da semana passada, publicou um artigo no qual fazia críticas veementes contra o Secretário dos Transportes, Dr. Osires S. Guimarães e o Diretor Técnico do DER, Dr. Tancredo Benghel. Dizia o jornal, seu artigo, que aquele Departamento sabotava convênios ou contratos com firmas de outros Estados, especificamente do Estado de São Paulo, criando todas as dificuldades imagináveis.

Queria, nesta oportunidade, aproveitando desta tribuna, dizer aos Srs. Deputados e aos companheiros de minha bancada que a atitude que vem tomando a Secretaria dos Transportes através dos Drs. Osires S. Guimarães e Tancredo Benghel, merece toda nossa fé e nossa consideração, pois que firmas idôneas que merecem a confiança do DER — e me omito de citar nomes — todas elas são merecedoras da confiança daquele Departamento e especialmente da confiança dos Srs. Deputados.

Portanto, aqui fica, ao Dr. Osires S. Guimarães e ao Dr. Tancredo Benghel, meu voto de confiança e meus parabéns por prestigiarem aquilo que é nosso, por darem toda cobertura possível às empreiteiras do Estado do Paraná, que constroem nossas estradas, nossas pontes que dão acesso para o escoamento de nossas lavouras. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador ins-

crito para o Pequeno Expediente, Srs. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na cidade de Quatiguá, em minha região, a Secretaria de Saúde mantém um Posto de Serviços onde se propõe a dar o atendimento evidentemente codificado em seu plano de trabalho.

Entretanto, soubemos, através de denúncias verbais, que o responsável pelo Laboratório de Análises Clínicas daquele órgão, Dr. Carlos Vital, cobra de cada cidadão que para ali acorre para os referidos exames, uma taxa de 50 cruzeiros. E isto, segundo informações dos residentes naquele município, vem ocorrendo há muitos anos e, quando inquirido o funcionário, ele disse que tinha autorização do chefe do setor regional para proceder daquela forma.

O que não entendemos, é que desmandos continuam e o Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, ao invés de tomar o cuidado necessário a fim de que o povo seja atendido e não explorado, aparece quase sempre nas propagandas de jornais e, muitas vezes, matéria paga, para dizer que essa Secretaria está prestando relevantes serviços — o que é de seu dever, de sua obrigação.

Enquanto se verifica que um funcionário, pago por essa Secretaria; pago pelo Governo; pago pelo povo paranaense, cobra os expedientes, de maneira afrontosa, de maneira criminosa, daqueles que procuram o Posto de Saúde, em Quatiguá.

Por essa razão, entraremos com um requerimento, solicitando informações do Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, e que está vasado nos seguintes termos: (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso dos direitos que lhes são conferidos por Lei, tendo em vista inúmeras queixas e reclamações de pessoas que se servem da (O.S.) da cidade de Quatiguá, requer se oficie ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Saúde e Bem Estar Social, solicitando as seguintes informações:

a) se Doutor Carlos de tal, Biologista com prestação de serviço naquela (O.S.) é funcionário efetivo dessa Secretaria.

b) se o referido profissional está autorizado a cobrar uma taxa extra por cada exame de Cr\$ 50,00.

c) se os materiais do laboratório usados para o exercício do mister pertencem, à Secretaria, ou ao denunciado funcionário.

Sala das Sessões, em 11 de março de 1976”.

Ainda mais, Sr. Presidente, esse biologista reside na cidade de Siqueira Campos, para onde desvia aparelhos da USP; desvia instrumental da USP, para exercer a sua atividade profissional, naquela cidade.

Isso é uma afronta, um desrespeito ao povo paranaense.

Por essa razão, Sr. Presidente, pedimos que providências imediatas sejam tomadas.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, quarto orador inscrito.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Paraná e o Brasil, carecem de homens que realmente demonstrem através de seus mandatos executivos, verdadeiros defensores do povo. E têm, muitos de nossos chefes de executivos, comprovados, eficientemente, suas capacidades e tirocínios administrativos.

Em nosso Estado, onde temos a representatividade de nosso mandato, queremos externar, nesta tarde, a nossa satisfação, por contarmos com muitos chefes de executivos de alto gabarito. E um desses homens que muito se destaca, é o Prefeito de Guarapuava, um homem que tem vinculação com nosso Partido. Em outras oportunidades, tenho mencionado prefeitos do outro Partido, a ARENA, que também se destacam nos seus cargos.

Mas, nesta tarde, queremos dar nosso testemunho sobre a

capacidade administrativa do Prefeito de Guarapuava, município que foi o pioneiro na implantação, em nosso Estado, do cultivo da maçã, onde se comemora no vizinho município de Guarapuava, a I Festa Estadual da Maçã, onde S. Exa. o Sr. Secretário da Agricultura deste Paraná, Dr. Paulo Carneiro, pessoalmente, vislumbrou para a agricultura do Paraná, uma nova meta a ser alcançada pela administração pública deste Estado.

São essas concretas, reais e grandes iniciativas que o Governo do Estado assessorado por homens que realmente se identificam com o progresso e desenvolvimento não só do Estado mas do Brasil, está tomando, que levaram Guarapuava a iniciar uma filosofia dentro da Agricultura, qual seja, o cultivo da maçã no território paranaense.

Queríamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que ficasse registrado nos Anais desta Casa, na Ata dos Trabalhos de hoje, um voto de congratulações ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Guarapuava, Sr. Nivaldo Krüger, pela sua capacidade administrativa comprovada, trazendo o testemunho a este Paraná, como já foi feito no Congresso Nacional de que realmente o Paraná e o Brasil ganham em ter homens como Nivaldo Krüger à frente de comunidades no território brasileiro.

Queria também estender nossos cumprimentos ao nosso companheiro desta Casa, Deputado Trajano Bastos, que nos deu a oportunidade de transmitir à totalidade desta Casa o convite feito pelo Prefeito de Guarapuava, para que todos os parlamentares da ARENA e MDB ali se façam presentes.

Queria, nesta ocasião, agradecer em nome desta Casa, a gentileza do convite feito a todos os Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Encerrado o Pequeno Expediente, passa-se ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado, Osvaldo Macedo.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Já há algum tempo todas as atenções no Paraná estão concentradas no problema criado pelo Decreto 1495, assinado pelo Exmo. Sr. Governador do Estado e pelos Secretários de Educação e Cultura e Recursos Humanos, publicado no Diário Oficial de 16 de janeiro deste ano.

Por mais de uma vez os homens do MDB, individualmente ou através de seus representantes legais, fizeram-se representar nas Assembléias de Professores, apoiando favoravelmente a luta desses mesmos professores, entregando-lhe sua total solidariedade.

Reabertos os trabalhos desta Assembléia, a bancada do MDB, reuniu-se no dia de ontem, e após analisar a situação, vem agora tornar pública a sua posição formal, diante desta questão.

Aqui desta tribuna, em nome da bancada do MDB, queremos ler, para conhecimento do Paraná, para que conste dos Anais desta Assembléia, a nota oficial da bancada do MDB.

Eis a nota, na íntegra: (Lê):

"A Bancada do MDB na Assembléia Legislativa, reunida na tarde de ontem, examinou o recente Decreto 1495, assinado pelo Exmo. Sr. Governador do Estado e pelos Secretários de Educação e dos Recursos Humanos e, por unanimidade, deliberou reafirmar formalmente sua solidariedade ao professor paranaense, que foi desconsiderado e surpreendido por aquela medida. Registra a Bancada o seu protesto pela forma desleal com que agiu o Governo do Paraná, valendo-se do recesso da Assembléia Legislativa e das férias dos professores para assinar aquele documento.

2 — É de causar espécie que o Governo tenha lançado mão de um instrumento unilateral, qual seja o decreto, para dispor sobre a contratação de professores para ministrar aulas suplementares, em vez do processo legislativo mais democrático, que é a lei, cuja iniciativa, nessa matéria, constitucionalmente é de sua competência exclusiva, mas permitiria o livredebate pela Assembléia. Este Poder foi igualmente desconsiderado.

3 — É de causar espécie, também, que esse decreto tenha sido assinado na iminência de ser apreciado e votado pela Assembléia Legislativa o projeto do "Estatuto do Magistério", elaborado e enviado pelo próprio Governo do Estado. E o espanto é quando se constata evidentes conflitos entre aquele decreto e o projeto do "Estatuto" do mesmo Governo. Essa conduta não dignifica nenhum Governo.

4 — É de se duvidar, inclusive, do preparo administrativo de quem usa dois pesos e duas medidas e de quem leva a intranquilidade a todas as escolas e, conseqüentemente, aos lares paranaenses, cuja prova mais eloquente foi o retardamento do início do ano letivo. Da mesma forma, é causa de apreensão um Governo que não respeita a lei, pois que não quer reconhecer sua condição de empregador, garantindo e respeitando os direitos de todos os que lhe prestaram serviços por longos anos, como foi o caso de milhares de desempregados. E que, também, desrespeita a lei maior, que é a Constituição Federal, quando não efetiva os que até 1967 lhe tenham prestado serviços por 5 anos.

5 — A Bancada do MDB nesta Assembléia julga oportuno invocar sua mais decidida luta nos anos anteriores em defesa do professor, notadamente o ano passado, quando utilizou de todos os recursos disponíveis para obter a remessa do projeto do "Estatuto do Magistério" para discussão e votação. Exemplos maiores dessa luta estão na convocação do Secretário de Educação, que agora se repete juntamente com o Secretário dos Recursos Humanos, no requerimento e instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito que ainda está em atividades e na notificação formal, feita da tribuna, de se recorrer aos meios judiciais para fazer com que o Governo cumprisse essa sua obrigação.

6 — Mais do que nunca, os professores do Paraná não estão em paz. Os pais estão apreensivos. E todo esse tumulto é da responsabilidade única e exclusiva do Governo do Estado, que foi afoito, improvisador e surpreendente, demonstrando inexistência de planejamento e insensibilidade humana. Os Governos são responsáveis pela paz social.

7 — A Bancada do MDB não tomou conhecimento prévio, não participou e nem foi consultada sobre esse Decreto 1495, por não ser a Bancada do Partido do Governo, nem estar no Governo.

Mas em nenhum instante ficou alheia ao problema. Esperávamos que o Governo tivesse a humildade de reparar as injustiças praticadas. Mas o que vimos foi ofensas a professores e agora a afirmativa categórica, de quem tem competência exclusiva para fazê-lo, de que aquele decreto é irrevogável.

8 — Diante disso, consciente da sua responsabilidade perante o povo paranaense e da sua representatividade política, a Bancada do MDB na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná vem oferecer proposta concreta para encaminhamento de solução adequada para essa crise no ensino paranaense, proposta essa consubstanciada nos seguintes pontos:

a) Discussão e votação, na forma regimental, própria e que prevê audiência das partes interessadas, do projeto do "Estatuto do Magistério", que foi encaminhado a esta Assembléia pelo próprio Governo, com emendas necessárias para corrigi-lo, que serão oferecidas democraticamente pelos Senhores Deputados e sugeridas pelos órgãos de classe.

b) Convocação imediata de concurso público, como está se fazendo em alguns Estados e que há muito tempo não se faz no Paraná.

c) Efetivação de todos os professores suplementaristas que tiverem seu direito, constitucionalmente garantido, evitando-se procedimentos judiciais.

d) Finalmente, que o Governo do Paraná cumpra e respeite a Lei, independentemente de determinação judicial, reconhecendo a sua inescapável condição de empregador de todos os suplementaristas que lhe prestaram serviços, mantendo o pagamento e a irredutibilidade dos vencimentos dos que ficaram sem aulas por esse ato do Governo, até que, com a aprovação do "Estatuto

do Magistério", e com a realização do inevitável concurso público seja definido satisfatoriamente a situação de cada um.

Curitiba, 11 de março de 1976.

Dep. Osvaldo Evangelista de Macedo—Líder da Bancada do Movimento Democrático Brasileiro.

Esta, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a posição oficial da bancada do MDB nesta Casa Legislativa.

Era o que tínhamos a trazer ao conhecimento dos Srs. Deputados.

Muito obrigado — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, para o Grande Expediente, ao Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna no Grande Expediente, para apresentar um Projeto de Lei que pede e determina a isenção da obrigatoriedade do exame psicotécnico, aos motoristas amadores. Não é preciso dizer, que só o Estado do Paraná atualmente exige, dos motoristas amadores, este exame psicotécnico que, na realidade, a nosso ver não tem outro objetivo senão manter uma fonte de renda arrancada, muitas vezes de forma violenta como tem sido e como vem sendo, por este Paraná inteiro.

Na minha região, despachantes e oficiais de trânsito tem se transformado em agentes do psicotécnico, e aqueles que são reprovados, muitas vezes compram este documento até por 1.000,00. cruzeiros. Isto deixa bem claro de que o Governo do Paraná participa na existência de uma condição de transformar o próprio funcionário do Estado, em agente corrupto, de participação em atos desonestos que se repetem diária, e constantemente.

O meu Projeto, Sr. Presidente, está vazado em 4 artigos distintos, e contém o seguinte teor: (Lê).

"PROJETO DE LEI Nº 10/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica, a partir da aprovação do presente Projeto de Lei, isento de obrigações ao exame psicotécnico, os candidatos a motoristas e atuais motoristas da categoria AMADOR.

Art. 2º — Em face o que determina o Art. 1º, fica estabelecido que o exame psicotécnico só poderá ser exigido aos candidatos motoristas profissionais por ocasião da habilitação.

Art. 3º — Aos candidatos já habilitados, o exame psicotécnico só poderá ser exigido quando da primeira revalidação dos exames de sanidade física e mental.

Art. 4º — Aos motoristas da categoria profissional, no caso de serem envolvidos em acidentes graves, aplique-se o exame psicotécnico em toda a sua plenitude.

Art. 5º — Revoga — Se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de março de 1976.

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não seria preciso justificar o presente projeto de lei, porque o Paraná inteiro tem sofrido a ação até violenta na obrigatoriedade estabelecida aos motoristas com referência aos exames psicotécnicos obrigatórios. Além da instituição maléfica desses exames no sentido objetivo da dificuldade imposta aos profissionais e AMADORES do volante, se destacou nestes últimos anos o exame psicotécnico obrigatório, como um verdadeiro caça níquel, e o pior, abrindo estradas amplas a despachantes e responsáveis por fiscalização de trânsito, principalmente das cidades do Interior que conseguem, não se sabe de que forma os candidatos reprovados em exames anteriores a cédula do psicotécnico, cobrando quase sempre preços absurdos, extorsivos e caracterizadamente criminosos, por esse expediente.

Na realidade nós sabemos que a referida imposição não tem outro objetivo, senão a manutenção dessa fonte de renda, que até a presente, data poucos sabem para onde ela vai ou para quem ela pertence.

O DETRAN, do vizinho Estado de São Paulo, expedia no começo do ano passado, ordem de serviço as Ciretrans daquela unidade Federativa com o nº 011/75, proibindo a exigência da cédula do psicotécnico, aos candidatos a motoristas e motoristas de categoria AMADOR; nada mais justo, que o Paraná siga este exemplo, porque nós sabemos que a milhares de pessoas neste Estado, principalmente aqueles que trabalham na Agricultura, precisam e têm condições de ter um veículo utilitário, para as suas atividades diárias, entretanto, amedrontados diante da exigência impropriedade do referido documento, eles deixam de adquirir um veículo, e muitas vezes depois de já ter comprado, vedem porque não conseguem obter o exame psicotécnico.

Diante estes esclarecimentos, SENHOR PRESIDENTE e SENHORES DEPUTADOS, espero por unanimidade o apoio das duas bancadas ao presente Projeto de Lei".

Diante dos esclarecimentos, Sr. Presidente, Srs. Deputados espero, por unanimidade, a aprovação por parte das duas bancadas.

Complementando, ainda, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós vimos casos deste ano passado de cidadão que demandou do interior à Capital até cinco vezes, e estas cinco vezes recolheu a taxa importa para o referido exame e fora reprovado as cinco (5) vezes.

Este mesmo cidadão apaniguado por agentes desta espécie de serviço que se presta neste Estado, mediante pagamento, de 500, 600 e até mil cruzeiros, recebia em sua casa, o referido documento totalmente aprovado sem ter que comparecer à unidade aplicadora dos exames.

É preciso que se coíba esta espécie de abusos deste Paraná é preciso que se defenda mais, o direito do povo paranaense; é preciso que sintam acima de tudo os Governantes do Paraná e os responsáveis por este Governo, que o povo espera do Governo a proteção que merece. Porque o Governo é responsável pela ordem, pela paz e pela justiça do Estado.

Pensando e sentindo isto, tenho a certeza de que terei a aprovação das duas bancadas da Casa para meu projeto de lei que pede que se faça justiça, eliminando a obrigação e a exigência de exame psicotécnico para o motorista amador. Este é o homem que tem um veículo, uma camioneta para servir a sua propriedade, para transportar o produto de seu trabalho até a cidade mais próxima, para transportar seus familiares em casos de doença. Esses homens, por sua rudimentar capacidade e cultura, não têm condições de se submeter aos currículos dos exames psicotécnicos, desenhos, e outras coisas mais. Assim não podem dirigir seu veículo porque não têm condições de alcançar estes exames, pagando absurdamente quatro, cinco ou seis vezes. Os que não podem vir à Capital, os que não podem muitas vezes pagar 500 ou 600 cruzeiros exigidos, têm que encostar seu veículo ou mesmo desfazer-se dele.

Como medida de justiça, a aprovação deste meu projeto representa a aspiração de inúmeras pessoas.

O SR. DENI SCHWARTZ — V. Exma. permite um aparte?

(Assentimento). Pedí o aparte para confirmar a denúncia que faz V. Exma. a esta Casa, nesta tarde. Fui surpreendido pela imaginação criadora de alguns homens do Partido da Situação, em Francisco Beltrão, ao encontrar nos postos de gasolina e pela rádio local, uma propaganda em que, ao noticiar o local e data do exame psicotécnico, concitava o cidadão de que aquela era uma promoção da ARENA.

Tenho testemunho, o assunto foi levado à Câmara Municipal de Francisco Beltrão e fiquei a perguntar se os cidadãos desta Pátria, membros do MDB, filiados ao MDB, estão dispensados do psicotécnico.

O que é mais grave é que na minha cidade, é voz corrente que 50 por cento do total cobrado para fazer o psicotécnico, servirão para a campanha política de novembro.

E mais, a rádio local, depois de feito o exame, noticia que aqueles que fizeram o exame devem procurar no Diretório Municipal da ARENA de Francisco Beltrão, o resultado.

Mais ainda, existe uma Secretaria de Estado empenhada em levar de casa, no Sudoeste, o resultado dos exames psicotécnicos.

Realmente, é grande a imaginação criadora neste Estado.

Parte do dinheiro, consta — não provo — para campanha política. Toda uma estrutura de Secretaria, entregando os psicotécnicos de casa em casa. Um Diretório político montado.

Proibí aqueles de Francisco Beltrão, que são filiados em meu Partido, que façam o psicotécnico. Estamos em briga. Nossos filiados parecem não ter lei, não ter exigência, pois é questão partidária.

Porisso, Sr. Deputado, ouço suas palavras, e trouxe essas denúncias de minha terra, para demonstrar, até comprovar, se fôr o caso, a situação daqueles que estão usando de imaginação criadora.

Era o aparte que queria oferecer a V. Exa.

O SR. LÚCIO MACHADO — Obrigado a V. Exa.

V. Exa. Deni Schwartz, despertou-me a lembrança de fatos ocorridos nas eleições de 1974. Quando era candidato a Deputado, pela reeleição, um elemento pertencente ao Partido governista. Esse candidato, após anunciar, aos quatro ventos, que já era Deputado, um dia e uma noite, passou cumprimentando as filas dos examinados e facilitando a entrega do referido documento. Para caracterizar de que fazem política com essa instrumentação, e da forma mais baixa que poderia haver, aqueles que não tivessem procedido da forma de não aceitar que aquilo era campanha política, de fato foram reprovados. Os demais, os que juraram fidelidade, tiveram seus cartões do psicotécnico.

É preciso que haja justiça neste País, porque aqui só tem havido erro sobre erro; violência sobre violência. E quem paga sempre é o povo, para satisfazer o apetite político e maldoso daqueles que não têm outra forma de pregação, senão a agressão feita oficialmente, desta ou daquela forma.

O SR. BASÍLIO ZANUSO — V. Exa. permite um aparte?

Nobre Deputado, desde o início de seu discurso, venho acompanhando com toda a atenção, mesmo porque o assunto que V. Exa. discorre da Tribuna e já denunciado por tantos outros Srs. Deputados que já muito disseram das várias inconveniências do instituto da obrigatoriedade do exame psicotécnico por ocasião da obtenção das carteiras de habilitação, principalmente daqueles não profissionais.

O SR. LÚCIO MACHADO — Nobre Líder do Governo, V. Exa.

faz pairar dúvidas quando afirma que politicamente a ARENA, ou o Partido do Governo não tem se beneficiado através destes expedientes, porque, V. Exa. é testemunha e não pode negar este testemunho, que, o Instituto do Exame de Psicotécnico do Paraná, na oportunidade de todas as campanhas eleitorais, se desloca para o Interior, e, junto com essa Comissão seguem sempre, todas as vezes, candidatos do Partido do Governo; em 1974 isto ocorreu na minha cidade, ocorreu em Cornélio Procopio, em Jacarezinho e tantas outras cidades do Paraná; em 1972, quando das eleições para as Prefeituras, este fato já havia ocorrido.

Em todas as oportunidades das campanhas eleitorais quando os debates do partido da Oposição e Governo, um dos expedientes mais usados para promoções políticas do próprio Governo, têm sido nestes últimos anos, as comissões examinadoras do psicotécnico.

V. Exa. diz que é intocável a honorabilidade da Pontifícia Universidade Católica. É incontestável esta sua afirmativa. E nós, jamais acusáramos, mas acusamos o governo em dar concessão de tantas movimentações econômicas, sem estabelecer pelo me-

nos uma responsabilidade. Houve muitos e muitos candidatos que foram quatro, cinco vezes para os exames e foram reprovados.

Posteriormente, eles recorrem a uma filial deste Instituto que existe em Maringá, a filial que mantém agentes em algumas cidades, e lá eles conseguem as suas cédulas do psicotécnico.

A honradez, a dignidade e a colocação de quem recolhe esta economia é intocável. Mas a permissão que dá o Governo para que isso aconteça dentro do Paraná, é um crime, é um pecado.

O que nós queremos, nobre Deputado, eminente líder do Governo, e que não se cometa mais injustiças, principalmente, aos motoristas amadores, porque o que se pode exigir de um motorista, que dirige o seu carro para o seu trabalho, para as suas atividades, não é mais do que um exame de vista, não é mais do que uma carteira de motorista. O resto, tudo que se fizer não passa de interesses econômicos e até escusos. E nós não podemos concordar com V. Exa., com a sua afirmativa, embora respeitando-o como sempre respeitamos, que não se tem feito política através de Exames Psicotécnicos, no Estado do Paraná.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Lúcio Machado, V. Exa. me perdoe. Eu afirmo que em nada poder-se-ia atribuir ao Governo do Estado, responsabilidade jurídica, na realização dos exames psicotécnicos. Por quê? Porque quem os realiza, é a Universidade Católica do Paraná, através da sua Faculdade na área de Psicologia.

Em Londrina, é a própria Universidade Federal de Londrina de Londrina através da sua Faculdade que os realiza.

Há no Governo do Estado, homens ligados ao setor de segurança que defendem e sempre defendiam a tese de que todo o Estado, deveria, por seus próprios meios, realizar os exames psicotécnicos.

Afirmam até que a Secretaria de Segurança teria condições e meios para contratar psicólogos e instituir o seu centro psicotécnico na Capital do Estado, distribuindo-se nas diferentes regiões do Estado, centros, para a realização destes exames. Então aí sim, o Estado beneficiar-se-ia do total das taxas arrecadadas pela sua realização ou dispensar o pagamento destas taxas ou diminuir o seu valor.

Mas, nobre Deputado, observei que, mesmo no Governo, "muitas cabeças, muitas sentenças", defenderam sempre a tese de V. Exa. no que se refere ao exame psicotécnico para amadores. E foi nisso que me apeguei.

No entanto, nobre Deputado, se o Estado patrocinasse a realização dos exames psicotécnicos, por seu próprio meio, não estaria o Governo sendo alvo de críticas da Oposição, principalmente de estar usando, dessa forma, para fazer pressão ao povo, especialmente, no Interior do Estado?

Dá a renovação do convênio com a Universidade Católica do Paraná, que eu repito, instituição que está acima de qualquer dúvida que se queira assacar contra a sua honorabilidade, contra a honorabilidade de seu Reitor e de seus Diretores.

Veja V. Exa. o meu aparte, além de posicionar-me pessoalmente no episódio, não poderíamos admitir que o Governo, num todo, responsabilizado por falhas que, porventura ainda existem, se é que existem.

Se políticos pretendem insinuar-se junto às comissões que teriam ido ao Interior, para tirar proveito, posso assegurar a V. Exa. que esses sempre tiveram rechaçadas as suas pretensões. Porque, nunca, no Interior, indenticou-se ARENA ou MDB, na inscrição para exame psicotécnico.

E essa posição, eminente Deputado Lúcio Machado, creio, é honesta, porque verdadeira. E estimaria que V. Exa. acreditasse que esta é a disposição do Governo.

Creio que se tivéssemos que ouvir os membros de nossa bancada sobre a validade do psicotécnico para profissionais amadores, V. Exa. veria que a grande maioria da ARENA é contra essa instituição.

Porque, esse procedimento prejudica a ARENA, prejudica o MDB.

Ontem ainda, recebia em minha sala, às 18,30, o cidadão chamado Josué Santi, agricultor abastado, do município de Pato Branco. Homem probo, homem religioso, homem de uma conduta das mais tranquilas, pacífico, tendo seu carro para deslocar-se de sua casa à sede do município, para assistir os ofícios religiosos e fazer pequenas compras.

Venceu o seu exame de vista, veio segunda-feira para renová-lo. E só ontem foi possível realizá-los, recomendado por nós, como homem de bem, acompanhado por meu motorista, porque não conhece a cidade e porque devo a ele atenções.

Pois bem, realizou seus exames e foi reprovado.

E ontem, na minha sala, nesta Assembléia, ao se despedir, chorava como criança, ao dizer "fui reprovado, não sei porquê".

Falei com o psicólogo, e ele me disse "aconselho o Sr. Josué Santi a submeter-se a um exame médico, para o bem dele. Porque quer me parecer que está acometido de arteriosclerose. Ele tem problemas de não dominar os reflexos, as duas mãos".

E eu, no bom sentido, aconselhei-o a submeter-se a exame médico.

Quem sabe se o psicotécnico até favoreceu-o, reprovando-o, dando-lhe possibilidade de, fisicamente, colocar-se em condições.

E fico também numa encruzilhada, sem saber se fico como visto com a tristeza dele de não ter conseguido passar no psicotécnico, ou cumprimentar o psicólogo que o advertiu da necessidade de submeter-se a exames clínicos, para, em condições melhores, submeter-se a novo exame.

Era esse o aparte que queria oferecer a V. Exa.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados, colocando um ponto final, creio e tenho a certeza de que, por medida de consciência e justiça, meu projeto, pedindo a extinção do exame psicotécnico aos motoristas amadores, será aprovado. Porque nós sabemos, isso vai acima de tudo, resolver um grande problema, o problema da maioria dos agricultores do meu Paraná. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 45 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, lido da tribuna, Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

DISCUSSÃO ÚNICA — do requerimento de autoria do Deputado Wilson Fortes, solicitando 60 (sessenta) dias de licença para tratamento de saúde. — Encerrada a discussão. — Em votação. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 62/75, de autoria do Deputado José Muggiati Filho, que dispõe sobre o número de Vereadores às Câmaras Municipais e dá outras providências. Parecer favorável da CCJ., com substitutivo geral, em regime de urgência. — **Aprovado.**

Lamentavelmente, V. Exa., ao final de seu discurso, quero crer, e com os recursos de oratória que V. Exa. tem, brilhante, como reconhecemos, envereda para um outro caminho, saiu do objetivo primeiro.

Mas, eu não poderia discordar de V. Exa. a respeito da obrigatoriedade do psicotécnico para o motorista amador. Mas, ao mesmo tempo, não posso me calar diante das denúncias que levanta contra meu Partido, por ocasião dos exames psicotécnicos.

Porque, ao que eu saiba, não existe essa ingerência política da ARENA, nas condições que V. Exa. se refere, no Interior.

Aqui, na Capital, o DETRAN e a Secretaria de Segurança, deram provas sobejas de preocupação. E cremos que esses exames sejam os mais eficientes, os mais dignos e merecem o respeito de todos nós.

Daí, discordar de V. Exa., ilustre Deputado.

Toda as vezes que V. Exa. assume a tribuna, sempre para dizer alguma coisa importante, como faz neste instante, mas discordo de V. Exa. quando fala na ingerência e participação e influência da ARENA, para obtenção do exame psicotécnico.

Se isso ocorre, por relações de amizade com pessoas ligadas a essa Comissão, quem sabe qual o partido dessas pessoas? São da ARENA ou do MDB? Quem sabe?

Ao agradecer a permissão para o aparte, quero dizer que também discordo da exigência do exame psicotécnico para o motorista amador, mas discordo quanto à afirmação da participação da ARENA, meu Partido, para facilitar a obtenção desses exames. Quero crer que seu Partido tenha, tanto como o meu, elementos seus ligados a essa Comissão ou àqueles responsáveis pelo organismo de expedição desse documento.

O SR. LÚCIO MACHADO — V. Exa. muda a ordem das coisas, quando afirma que eu procedi uma denúncia. Apenas retrospectivei fatos que já foram denunciados, muitas e muitas vezes desta tribuna, portanto, outros Deputados.

Diria a V. Exa. que não ficasse com culpabilidade, porque conheço V. Exa. e tenho a certeza que mesmo sendo do PARTIDO do Governo, jamais se serviria de expediente tão excuso, participando de comissão para se eleger.

Mas, na minha cidade, ocorreu com candidato de seu Partido, trabalho dessa natureza, porque era necessário que assim procedesse, para garantir sua eleição. O homem público deve levar a seu povo como V. Exa. sempre soube levar, uma mensagem de esperança, de justiça, alcançar o crédito do povo e não pretender alcançá-lo através de expedientes mesquinhos e malsinados como este.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Bem oportuno seu pronunciamento, feliz a iniciativa deste projeto, principalmente porque se já falou isso aqui neste Parlamento, que o Código Nacional de Trânsito não obriga o exame psicotécnico para os não profissionais do volante. Apenas faculta aos Estados que tenham estrutura, equipamento, pessoal e todo o aparato para alcançar essa faculdade que a Lei permite. No Paraná não acontece assim. Acontece que o Governo, vendo mais fonte de renda para os cofres públicos, permitiu a uma empresa que efetivasse, que efetuasse os exames psicotécnicos de motoristas profissionais e não profissionais. Mas os efeitos, não só de ordem financeira, mas também de ordem política, têm sido negativos. Por esta razão que entendo que há um prejuízo para os cofres públicos da casa de 200 milhões antigos. Haveria necessidade, até por uma questão de equilíbrio e bom senso, a mudança e adoção de medidas que o seu projeto pretende disciplinar.

É por esta razão que louvo esta iniciativa e a oportunidade com que V. Exa. traz a matéria para discussão.

Acredito e quero crer mesmo que o Governo irá acolher este seu projeto em razão da sua seriedade, da sua oportunidade e em razão da necessidade de uma interpretação mais séria do Código Nacional de Trânsito.

É com satisfação que me incorporo e me solidarizo com V. Exa.

Obrigado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados, termino aqui reformulando meu apelo às duas bancadas, proque o meu projeto procura resolver o problema do povo do meu Paraná.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, se bem ouvi V. Exa. preconiza, através de um plano de lei, a extinção da obrigatoriedade do Exame Psicotécnico para os motoristas da categoria amador.

Quer me parecer, eminente Deputado, salvo melhor entendimento que não tendo havido lei que instituisse esta obrigatoriedade, cabendo ao Poder Executivo, disciplinar a forma do cumprimento das exigências para a qualificação das diferentes categorias, nós, deste Poder, estaríamos votando uma lei coibitiva e legislando sobre matéria da competência do Executivo quanto à forma de procedimento para a expedição do documento hábil para a habilitação profissional.

Se é verdade que o Código Nacional de Trânsito não estatui sobre a obrigatoriedade do psicotécnico, por outro lado sociólogos, administradores da mais alta respeitabilidade consideram a obrigatoriedade do psicotécnico como forma capaz de restringir a habilitação a muitos incapazes psicológica e psiquicamente despreparados.

Confesso que sou pessoalmente contra o Exame Psicotécnico para os motoristas amadores. Por outro lado, entretanto, não posso, como leigo, contestar a sua validade defendida por especialistas na administração. Não é o Paraná o único Estado a fazer tal exigência. E também quando se afirma que a instituição da obrigatoriedade do Exame Psicotécnico pelo Governo do Estado do Paraná tem por finalidade principal arrecadar dinheiro para os cofres públicos, não deve ter essa afirmação qualquer apoio da nossa parte. Exatamente para eximir o Governo do Estado de qualquer acusação de comportamento político no fornecimento deste documento é que o Governo do Estado, através de convênio, facultou a que a Pontifícia Universidade Católica do Estado do Paraná, um organismo educacional da mais alta respeitabilidade, aqui e fora do nosso Estado, pudesse realizar os exames psicotécnicos, isenta, como está, de qualquer atividade político-partidária. Ecreia V. Exa. e o eminente Deputado Deni Schwartz, aquela instituição está muito acima dos partidos políticos; se qualquer homem do nosso Partido, ocupando ou não cargo de responsabilidade na administração pública estadual, esteja, por qualquer razão, beneficiando-se politicamente na distribuição deste documento, creia V. Exa., não tem ele e não terá jamais, qualquer endosso da parte do Sr. Governador do Estado, do Governo do Estado e da bancada do nosso Partido, porque quer me parecer, salvo que V. Exa. traga à Casa um fato que me demova deste entendimento, não se dá tratamento diferente aos homens da ARENA e do MDB. Para todos, e o exame psicotécnico é coletivo, jamais individual, a norma é a mesma, as exigências são as mesmas, não difere a matéria submetida a um, e a outro, razão pela qual quero isentar o Governo do Estado de qualquer pretensão acusação de responsabilidade, em atitudes que não sejam, de uma maneira genérica, voltadas ao bem comum. Se se pretende habilitar os melhores para o volante, talvez tenha sido este o único motivo da instituição e da exigência do exame psicotécnico.

Pessoalmente, repito, sou, tanto quanto V. Exa., contra esta exigência para a habilitação de profissionais amadores do volante. Todavia devo, como homem público, leigo que sou no assunto, respeitar o entendimento dos estudiosos que o instituíram, e, como homem de Governo acreditar e afirmar que, a sua instituição visou tão somente a preservação da vida humana, melhor qualificando os motoristas do volante.

Muito obrigado, eminente Deputado.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, expediente firmado pelo Sr. Deputado Osvaldo Macedo, líder da bancada do MDB, constante do expediente, indicando os Srs. Deputados que comporão as Comissões Permanentes desta Casa. — Ao Departamento Legislativo — Divisão das Comissões, para anotar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont,

constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Atanásio Mingo, Presidente da ARENA de Japurá. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de regozijo por haver o jornalista Ali Bark, justa, oportuna e meritoriamente, sido homenageado pela Câmara Municipal de Curitiba, em data de 9/3/76, que lhe outorgou o título de Vulto Emérito de Curitiba. — **Aprovado.**

Requerimento, de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoato, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que determine com a máxima urgência, o início das obras do trevo ligando a cidade de Iporã a BR-323. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mauricio Fruet, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário da Administração, no sentido de serem efetuados urgentes reparos na Escola Rural Júlia Wanderley, localizada em Barro Preto, município de São José dos Pinhais. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mauricio Fruet, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Presidente da TELEPAR, no sentido de que seja instalado um telefone público em Mariental, município da Lapa. — **Aprovado.**

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Osvaldo Macedo, Líder do MDB, constante do expediente, comunicando que foram escolhidos e indicados, para exercerem as funções de Vice-Líderes da bancada nesta Casa, em igualdade de condições, os Srs. Deputados Nilso Sguarezi, Trajano Bastos, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Jayme Rodrigues Carvalho e Domicio Scaramella. — Ao Departamento Legislativo — Divisão das Comissões, para anotar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Ministro da Agricultura, no sentido de que se digne interceder junto ao Sr. Presidente da República, objetivando a suspensão por prazo indeterminado da lei que prorroga a vigência da Lei nº 6015, que exige seja efetuado cadastro completo quanto às divisas e confrontações de imóveis, para obtenção de financiamentos junto ao Banco do Brasil. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao Sr. Secretário dos Transportes, pelo dinamismo, correção e eficiência com que tem conduzido os trabalhos da Pasta dos Transportes. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, referente a funcionário, tendo em vista reclamações de pessoas que se servem da (O.S.) da cidade de Quatiguá. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Deni Schwartz, Trajano Bastos e Nilso Sguarezi, devidamente apoiado, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando a convocação dos Srs. Secretário dos Recursos Humanos e Educação e Cultura, a fim de prestarem informações sobre o Decreto Lei nº 1495. Em discussão. — Encerrada a discussão. — Em votação.

O SR. IVO THOMAZONI — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, inicialmente, em questão de ordem, como V. Exa. interpretaria o conteúdo do artigo 92 do Regimento Interno, para deliberação de matéria dessa natureza?

O SR. PRESIDENTE — Respondendo a Questão de Ordem formulada pelo Deputado Ivo Thomazoni, cito o Art. 20 da Constituição do Estado:

“Os Secretários de Estado serão obrigados a comparecer

perante as comissões ou plenário da Assembléia Legislativa, quando esta o convocar para, pessoalmente, prestarem informações acerca do assunto previamente determinado”.

Consequentemente o requerimento objeto de discussão em em plenário deverá ser deliberado pelo plenário, pela maioria dos Srs. Deputados aqui presentes.

O SR. IVO THOMAZONI — (**Questão de Ordem**).— A Questão de Ordem levantada por mim, Sr. Presidente, teve por objetivo esclarecer sobre o entendimento da Presidência, sobre a redação do artigo 92 do Regimento Interno, que exige, para matéria desta natureza, a aprovação por deliberação da maioria dos Srs. membros do Poder.

Observe V. Exa. que, não se admite aprovação por maioria simples; deliberação por maioria dos membros deste Poder, significa 28 votos favoráveis. No entendimento deste Deputado, quando a matéria respeita à maioria simples, admite-se como tal, Sr. Presidente, a maioria dos Srs. Deputados, constituída da metade mais 1, dos Srs. Deputados presentes, desde que haja quorum para a deliberação, razão pela qual a Questão de Ordem é para que V. Exa. faça uma verificação de votação sobre se, contaremos com 28 votos a favor, na aprovação desta matéria, o que penhoradamente este humilde Deputado agradece, a magnanimidade da Presidência.— (Sem revisão do orador).—

O SR. PRESIDENTE — A Presidência agradece a V. Exa., e respondendo a Questão de Ordem formulada por V. Exa., volta a insistir que o Artigo 20 da Constituição Estadual, ao determinar a forma pela qual os Secretários de Estado deverão comparecer perante o plenário da Assembléia Legislativa, não invoca a maioria pretendida por V. Exa., na Questão de Ordem formulada.

O SR. IVO THOMAZONI — (**Questão de Ordem**).— Sr. Presidente, sei que regimentalmente não posso solicitar de V. Exa., seja procedida a leitura do Artigo 20 da Constituição Estadual, todavia, solicitaria a permissão de V. Exa., para que o Sr. 1º Secretário dos trabalhos leia, para conhecimento do plenário, o Artigo 20 da Constituição Estadual.

O SR. PRESIDENTE — Atendendo a solicitação de V. Exa., esta Presidência solicita que o Sr. 1º Secretário proceda a leitura do Artigo 20, da Constituição Estadual.

O SR. 1º SECRETÁRIO — (Lê): “Artigo 20 — Os Secretários de Estado serão obrigados a comparecer perante as comissões ou plenário da Assembléia Legislativa, quando os convocar para, pessoalmente, prestarem informações acerca de assunto previamente determinado.

§ 1º — ...”

O SR. IVO THOMAZONI — Estou satisfeito Sr. Presidente.

Outra Questão de Ordem:

O Artigo 20, da Constituição Estadual - esta leitura, foi para esclarecer o douto plenário - omite a exigência do quorum necessário para a votação de matéria desta natureza, e, sendo omisso o texto constitucional nesta Casa e neste plenário, devemos nos ater, com respeito, ao que estatui o Regimento Interno.

E o Regimento Interno em seu Artigo 92, preconiza que, nos termos do artigo constitucional, a Assembléia e suas Comissões podem convocar, por deliberação da maioria de seus membros, qualquer Secretário de Estado, para prestar informações sobre questões prévia e expressamente determinadas, atinentes a assuntos da respectiva Secretaria.

Veja V. Exa., como está posta a redação: “por deliberação da maioria dos seus membros.” Quer me parecer que a maioria, que a expressão “pela maioria dos seus membros” constitui-se em 28 membros, porque todos os outros demais artigos quando falam em quorum exigido, falam em maioria simples, quando quando não há exigência da maioria. Por esta razão, requeiro a V. Exa. que, em respeito ao que preconiza o Artigo 92, feita a votação se verifique, antes da proclamação do resultado, para

que este Deputado não seja, desprevenido, posto diante de um fato consumado, com matéria vencida.

Esta a razão pela qual, Sr. Presidente, levanto a Questão de Ordem, para que seja proclamado o resultado com aprovação, se dentre os presentes 28 membros deste Poder votaram favoravelmente à matéria em deliberação. Era esta a questão de ordem.— (Sem revisão do orador).

O SR. MUGGIATI FILHO — (**Pela Ordem**) Sr. Presidente, nós entendemos que não pode ficar sem um reparo a alegação do eminente líder do Governo, ao se referir ao artigo 92 do Regimento Interno, principalmente porque S. Exa. omitiu, quando leu o Artigo 22 da Constituição. Este artigo da Constituição não existe mais.

Nós estamos com outra Constituição. O artigo 22, diz respeito a matéria relativa à Lei que no seu artigo 16, diz:

“Compete exclusivamente à Assembléia Legislativa, dar posse ao Governador e Vice-Governador”. Este é o Art. 22 da Constituição Estadual, hoje.

De modo que o Artigo 20, é o que trata da matéria, consequentemente, este artigo do Regimento Interno, data vênua e sem embargo do respeito que nos merece o ilustre líder do Governo, é um artigo revogado, pela própria Constituição Estadual.

Não tem vigência porque se refere ao que não existe. Era só, Sr. Presidente.

O SR. IVO THOMAZONI — (**Pela Ordem**).— Sr. Presidente.

Vou pedir a V. Exa. a suspensão destes trabalhos, o fechamento do Poder até que se cumpra o Regimento Interno para disciplinar os trabalhos desta Casa.

Porque, se atendida a questão de ordem do eminente Deputado Muggiati Filho, está este Governo sem Regimento Interno. Porque em todos os seus capítulos faz menção à Constituição da época da edição, deste Regimento Interno. Não poderia absolutamente, Sr. Presidente, sob pena de passar um atestado de incompetência, a mim próprio, aceitar a argumentação do eminente Deputado Muggiati Filho.

Este é o Regimento que tem presidido, que tem disciplinado todos os trabalhos deste Governo. Faz menção o Regimento Interno ao Artigo 22. “É de todos sabido que o Artigo 22 “eípses líteris” foi transcrito e hoje, constitui-se no Artigo 20 da Constituição Vigente do nosso Estado.

Por esta razão, Sr. Presidente, data vênua o entendimento do brilhante Deputado Muggiati Filho, V. Exa. por obséquio, sob pena de recorrer da decisão da Mesa, faça com que se respeite o Artigo 92.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).—

O SR. OSVALDO MACEDO — Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Solicitaria ao eminente deputado, antes de conceder a palavra a V. Exa., responder a questão de ordem formulada pelo eminente líder da ARENA.

Esta Presidência, respeitosamente, informa a V. Exa., inicialmente, que o Artigo 20 da Constituição Estadual, no entendimento da Presidência, ele derroga o que determina o Art. 92, do Regimento Interno, Isto posto, decide esta Liderança, de acordo inclusive com normas da própria Assembléia Legislativa, de que o pedido de informação em pauta deverá ser apreciado pela maioria dos Srs. Deputados presentes nesta sessão.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. colocou a matéria em votação?

O SR. PRESIDENTE — Em votação.

O SR. IVO THOMAZONI — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Ivo Thomazoni.—

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A nós, membros, o que já se convencionou chamar de “combalido Poder Legislativo”, a nível estadual e neste Estado do Paraná, cabe responsabilidade de preservar o ambiente de or-

dem e de tranquilidade que no País existe, graças a um governo de austeridade que se implantou a partir de 1964.

Quando o Sr. Presidente, a Liderança do Governo e da ARENA, comunicou, neste Plenário, a disposição dos Srs. Secretários de Educação e dos Recursos Humanos de aqui comparecerem para esclarecerem a esta Casa, numa reunião, à nível das duas bancadas, sobre as dúvidas quanto à aplicação do Decreto 1495, o fiz depois de haver sido solicitado pelos eminentes Secretários que se dispuseram a aqui comparecer para prestarem informações e responderem a indagações; esclarecerem dúvidas quanto à aplicação do decreto governamental.

Feita a comunicação, a Presidência deste Poder, delegou à Liderança, a responsabilidade de contactar com os Srs. Secretários e com eles designar data, local e hora, para o comparecimento de S. Exas. aqui.

Ontem mesmo, durante a sessão, a Liderança comunicava-se com o Professor Borsari Netto e com o Dr. Gastão Abreu Pires, que concordaram aqui comparecerem no próximo dia 22, às 15 horas, para responderem a todas as indagações. Naturalmente depois de informarem as conveniências da aplicação do Decreto 1495.

Mesmo assim, Srs. Deputados, a bancada do MDB, através da palavra de um dos seus mais ilustres membros, apresentou requerimento de convocação daqueles dois Secretários de Estado, mesmo depois de informados da disposição daqueles dois Secretários de aqui comparecerem de exponte própria.

E o que a Casa deseja é informações sobre a conveniência da aplicação daquele decreto. Deseja informar-se das suas conveniências da aplicação daquele decreto. Deseja informar-se das suas conveniências e das suas vantagens, não da sua reformulação.

E não vejo porque, Sr. Presidente, estarmos aqui votando matéria redundante, talvez, simplesmente, para dar satisfação da situação à opinião pública, ou para o fortalecimento de uma grei partidária, que já não deseja apenas a convocação dos Secretários, mas deseja, talvez que as galerias fiquem repletas de professores, alguns revoltados por perderem a oportunidade de ganhar mais, ou até mesmo perderem o seu ganho, diminuindo, com isso, o orçamento de suas famílias.

E aqui fica, para que esta Casa, para que não sejamos depois acusados de omissão, a advertência de que estiverem nas galerias.

O que se pretendeu, com essa reunião com os Srs. Secretários no auditório era apenas um diálogo à nível dos dois poderes, Legislativo e Executivo. Diálogo que sempre o Executivo mantém aqui, graças ao espírito democrático desta Casa, num nível mais alto, e desejávamos mantê-lo. E se houver a convocação, Sr. Presidente, e se esta fizer neste plenário, se a audiência se fizer neste plenário, não estarei aqui para responsabilizar-me perante a opinião pública, do que poderá neste recinto ocorrer, não que deixe de entender que o professorado de minha terra tem o mais ascendrado amor ao respeito, a dignidade pública, a dignidade humana, mas entendo, como homem público que sou, como está uma parcela do professorado, dificilmente V. Exa. ou quem presidir esses trabalhos, terá condições de presidir uma sessão, num clima como todos nós desejamos que decorra.

Por esta razão, e para significar que já está designada a data e a hora do comparecimento dos Srs. Secretários, a matéria que se está votando, em que pesa a responsabilidade dos Srs. Deputados, é redundante.

O que se presente é fazer deste episódio um cavalo de batalha político maior do que já está nas ruas, porque tenho observado que não é no meio dos professores onde mais se fala neste decreto, porque temos que concordar que a grande maioria dos professores foi beneficiada com aumento considerável de seus vencimentos; temos que considerar que o Governador do Estado, preocupa-se em resguardar os dinheiros públicos, porque temos

dados estarecedores que o total de aulas multiplicado pelo maior valor da época, nas folhas de pagamento, que deveria estar na ordem de 21 milhões, alcançava 32 milhões por mês, porque se pagavam licenças inúmeras, licença às vésperas de recesso das escolas, licença às vésperas de período de férias. Licenças gratuitas elevavam a mais de 50 por cento o que o erário público poderia dispendir. O que se pretendeu com este ato, foi a moralização de todos os setores. E agora se pretende a sua revogação para que continuem os "oba. . . Oba. . ." num setor de tanta responsabilidade. E o que se pretende, acima de tudo, com o decreto, é o benefício dos alunos que terão apenas um professor da mesma matéria, porque nenhum professor a quem tenham sido atribuídas aulas, poderá subdividi-las e proíbe ao professor ter outra atividade de rentabilidade às vezes maior, que os impedia de estar na sala de aula, cumprindo suas obrigações.

O que quero significar, que malgrado prejuízos de ordem política que trouxe para minha grei partidária, porque nós estamos sendo responsabilizados pela sua adoção, teve o decreto o objetivo principal de aperfeiçoar o ensino no Paraná.

E se muitos foram prejudicados, estamos fazendo um levantamento que tem um snetido social, para verificar os prejudicados, quantos exerciam outras atividades remuneradas e faziam do ensino apenas um "bico" e traremos aqui, na próxima semana, esses dados estatísticos, indesmentíveis, para afirmar ao Paraná que o prejuízo causado não foi de monta, para preocupar uma coletividade.

Mas, haveremos de trazer dados que haverão de conscientizar os Srs. Deputados da oportunidade da edição deste decreto, que é moralizador.

Por considerar, Sr. Presidente, que os Srs. Secretários de Educação e Recursos Humanos já estabeleceram com V. Exa., data, hora e local para comparecerem a esta Assembléia, é que votaremos contra a matéria e consideramos redundante.— (Sem revisão do orador.—

(Assume a Presidência o Sr. Deputado Paulo Camargo).

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação o requerimento.

O SR. OSVALDO MACEDO — **(Para encaminhar a votação).**—

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ouvimos com muita atenção, o discurso veemente do ilustre Líder da bancada do Governo nesta Casa. Cumpre-nos, no entanto, fazer alguns reparos e registrar a posição da nossa bancada com relação a este requerimento.

Primeiramente o Deputado Deni Schwartz, que teve a iniciativa deste Requerimento, divulgou-a nesta Casa na terça-feira; os jornais da quarta-feira noticiaram essa intenção manifestada e já então formilizada com a assinatura de muitos Deputados

No entanto, para surpresa de todos, quando o Requerimento já estava completo, vem no dia de ontem o Sr. Líder do Governo e comunicá que dois Srs. Secretários teriam se disposto a atender um convite seu de comparecer a esta Assembléia para uma reunião não formal, não pública, mas a uma reunião coloquial com os Srs. Deputados.

A mim me parece que desde que manifestada publicamente e oficialmente a intenção de se convocar o Sr. Secretário, já não se poderia falar em convite, mesmo porque o meio legal, regimental e constitucional que se prevê é a convocação.

Nós defendemos e respeitamos o diálogo entre os Poderes. Ahamos que ele deve haver. A bancada do MDB sempre o aplaudo e sempre o prestigiou. Entretanto, não podemos, de nenhuma forma, concordar com a postura do Sr. Líder do Governo, com a sua proposição de que o Sr. Secretário de Educação, de que o Sr. Secretário de Recursos Humanos aqui venham para uma reunião a nível de bancada e a portas fechadas, onde o público não possa vir, não possa assistir, não possa comparecer.

As reuniões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, como de todo o Poder Legislativo devem ser públicas, E se existem galerias é para que o povo as assista. Não sei porque o

temor do comparecimento ou da assistência dos professores. Eu pessoalmente confio nos professores do Paraná. São homens de bom senso, são pessoas responsáveis e respeitáveis. Por isto não posso concordar com a desconfiança previamente levantada com relação aos professores, pelo Sr. Líder do Governo.

Eis porque não podemos admitir e não podemos aceitar com a vinda coloquial e a portas fechadas, mas com o debate e a prestação de informações públicas para que todo o Paraná ou quem quiser assistir tenha este direito e tenha esta oportunidade. Assim, sendo usando o direito que a cada Deputado é conferido, que a esta Assembléia é conferido é que a bancada do MDB, votará pela convocação dos Srs. Secretários para que aqui compareçam em dias diferentes tal como o proposto no requerimento do Deputado Deno Schwartz.— (Sem revisão do orador).—

O SR. PRESIDENTE — Em votação

O SR. NILSO SGUAREZI — (Para encaminhar a votação).—

Sr. Presidente, apenas para argumentar constitucionalmente contrário à proposição do eminente Líder do Governo. A própria Constituição, me parece, mata a charada. Diz o § 30 do artigo 20 da Constituição do Estado: "os Secretários de Estado poderão, a seu pedido, comparecer perante as comissões ou o plenário da Assembléia Legislativa, e discutir projetos relacionados com a Pasta sob a sua direção". Perante as comissões, ou plenário...

O que pretende o eminente Líder do Governo, é com as bancadas. Parece-me que foge à própria prescrição constitucional, portanto, não existe apoio constitucional para o pedido do Líder do Governo.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Em votação o requerimento de autoria dos Srs. Deputados Trajano Bastos, Deni Schwartz e Nilso Sguarezi; em votação. — APROVADO.

Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Deferido.

Será verificada a votação.

(É verificada a votação).

20 Srs. Deputados aprovaram, e Srs. Deputados rejeitaram.

Não há quorum para votação.

O SR. IVO THOMAZONI — Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 12, sexta-feira, às 10,00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 07/75.

Levanta-se a sessão.
